



VII Colóquio Internacional São Cristóvão/SE/Brasil
"Educação e Contemporaneidade" 19 a 21 de setembro de 2013
ISSN 1982-3657



A AVALIAÇÃO FORMATIVA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

MARIA JOSÉ DANTAS DA SILVA¹

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo evidenciar uma exposição acerca da avaliação formativa na Educação Superior, sua complexidade e, conseqüentemente, seus desafios que perpassam no âmbito educacional. A pesquisa encontra-se pautada na modalidade bibliográfica e está embasada nos pressupostos teóricos de Perrenoud (1999), Pimenta (2009), Demo (2001), Dias Sobrinho (2000), dentre outros. Além disso, convém assinalar que a avaliação formativa permite o docente acompanhar passo a passo a aprendizagem do discente, sem conferir uma pontuação para mensurar suas habilidades como sujeito aprendiz. A pesquisa em tela enfatiza a importância de rever procedimentos habituais de avaliação, para que realmente se tenha uma prática educacional voltada à transformação social, política e cultural do alunado, no ensino superior.

Palavras – chaves: avaliação, docente, aprendizagem.

ABSTRACT

The objective of research present is to evidence a apprentice of formative evaluation in university, the complexion and automatic the desirous percuss in the educate ambit. That is a bibliography research. She is embasied in the torics prepostor of Perrenoud (1999), Pimenta (2009), Demo (2001), Dias Sobrinho (2000), and others. Almost, important's to speak in theformative evaluation permite the teacher to accompany pass on pass the apprentice of student, and stigmatizing not with the propõe of classified the habilidade of aprendice student. The present research speak of the important of to organize the usual procedures of evaluation, with the objective of to acquire a education pratique directioned to society transformation, politic and culture of the student, in the university.

Keywords: evaluation, teacher, aprendice.

1 – Especialista em Docência do Ensino Superior (Facear) com grupo de pesquisa em Avaliação da Educação Superior e Graduada em Letras (UNEAL) com grupo de pesquisa focada na variação linguística.
E-mail: dantas2008@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como finalidade refletir sobre a avaliação formativa na educação superior, sua complexidade e seus desafios no âmbito educativo.

No decorrer do estudo procurou-se responder as seguintes indagações: Há um modelo ideal de avaliação formativa no ensino superior ou uma reflexão sobre a medida de avaliação

Para um melhor procedimento da presente pesquisa, foram formuladas as seguintes hipóteses:

O pesquisador não encontrará nesta pesquisa um modelo perfeito de avaliação, até porque esta não pode ser convalidada, aperfeiçoada sem mencionar o conjunto do sistema didático e do sistema educacional.

A motivação para realizar esta pesquisa surgiu em virtude de que a avaliação está na essência das contradições do sistema educativo. Porém, sabe-se que nada se transforma de um dia para o outro no âmbito institucional e que a indolência é forte nos textos, nas estruturas e, sobretudo nas mentes, para que algo novo venha a se fixar velozmente.

Quanto aos procedimentos metodológicos o processo de investigação consiste em uma pesquisa de cunho bibliográfico, que está embasada nos pressupostos teóricos dos autores: Pimenta (2009), Perrenoud (1999), Hernández e Ventura (1998), Demo (2001), Dias Sobrinho (2000), dentre outros.

Com o estudo em questão é pretensão da autora apresentar aos pós-graduados, profissionais da área e interessados no assunto, sugestões, não só de leituras, mas também de uma nova postura no tocante ao trabalho com a avaliação formativa no ensino superior.

O presente estudo é de suma importância por se constituir num instrumento a mais como fonte de pesquisa para os interessados nesta linha de investigação e por evidenciar que a avaliação formativa constitui um termômetro que favorece a construção de identidades e o desenvolvimento das competências cognitiva e afetiva dos indivíduos, no decorrer do processo de ensino – aprendizagem.

Logo, direcionar-se à avaliação formativa é fazer surgir os caminhos para remediar os obstáculos apresentados pelos discentes mais lentos e fracos,

constituindo em gênese uma vacina no combate ao fracasso institucional. Destarte, é basilar não se limitar no âmago dos programas de ensino, uma vez que toda pedagogia distinta traz bons resultados, funcionando como um analisador crítico dos projetos de estudos.

ANÁLISE DOS DADOS

PROCEDIMENTOS HABITUAIS DE AVALIAÇÃO – ENTRAVES ÀS TRANSFORMAÇÕES DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INSTITUCIONAIS

Estudar Sob Pressão é Aprender

Segundo Perrenoud (1999) muitos adultos ao lembrar o seu tempo escolar remetem à avaliação a uma experiência recompensadora, positiva; já para outros, ela recorda o oposto, um encadeamento de aviltamentos e humilhações. Ainda na concepção do autor, avaliação é, inclusive, dar prerrogativas a uma maneira de estar em aula e também em um mundo, valorizando formas e normas de excelência, definindo

um discente modelo, aplicado e dócil para alguns, imaginativos e autônomos para outros.

Nesse sentido, entende-se que dentro dessa problemática não há consenso para uma avaliação contínua no tocante à forma ou ao conteúdo dos testes e exames praticados em aula, uma vez que cada discente traz consigo um conhecimento internalizado, adquirido no meio familiar, no meio social, ou no meio

acadêmico, pois nas salas de aulas, tem-se alunos que se desenvolvem mais para trabalhos expositivos; já outros apresentam desenvoltura para textos escritos.

Perrenoud (1999) acrescenta que em torno da norma e das hierarquias de excelência, sociedade alguma habita na serenidade e no consenso.

A avaliação enquanto processo formativo, no ensino superior, tem objetivos específicos e precisos, logo esta deve promover o desempenho e a formação humana produzindo, assim, conhecimentos teóricos e práticos.

4

“Como parte deste desafio, buscamos, inerente à natureza da própria teorização, estabelecer um processo contínuo de reflexão, construindo na relação teoria-prática um paradigma de avaliação emancipatória (...).” (MEDEIROS, 2001, p. 125).

Compartilha dessa idéia Luckesi (1995) ao enfatizar que a avaliação deve ser um ato amoroso e inclusivo, de forma a proporcionar ao discente liberdade de expressão, não havendo, assim, a exclusão.

Em tese, a avaliação deve atuar de uma forma reflexiva no que se refere ao seu próprio desenvolvimento, inclusive no tocante às direções das intervenções as quais a avaliação promove e também sobre as condições de sua produção e de sua mudança eficaz.

Em contrapartida, Dias Sobrinho (2000) relata que a avaliação da educação no ensino superior do Brasil passou a ser popularmente sinônimo de “Provão”, ou vice-versa, como se não existissem outros exemplares de avaliação na educação do ensino superior. Muita tinta se gastou a respeito das virtudes e até desgraças do Provão, no entanto, muito pouco se falou sobre avaliação educativa.

Percebe-se, assim, que para o governo brasileiro, o provão é um meio bastante eficiente e eficaz, pelo menos para os seus fins e objetivos.

Perrenoud (1999) acrescenta que para trabalhar dando preferência à regulação das aprendizagens, deve-se, portanto, primeiramente acreditar que elas irão atingir um número significativo de alunos.

A avaliação formativa luta contra o fracasso e as desigualdades dentro das instituições de ensino, assumindo, uma estratégia pedagógica, que no entanto, está distante de ser posta em execução de forma contínua e coerente. Em virtude de vários fatores como, por exemplo, as sobrecargas de programas; a concepção dos

meios de ensino e das didáticas que não dão prerrogativas a diferenciação. E, sobretudo, em razão das políticas irresolutas e dentre outros fatores, a organização

de espaços, são restrições que, em síntese, se distanciam de uma profunda busca pela igualdade de ensino.

Como Avaliar

No dizer do próprio autor (PERRENOUD, 1999, p.14) seria interessante que “(...)

a avaliação formativa fosse a regra e se integrasse a um dispositivo de pedagogia diferenciada. É esse caráter metódico, instrumentado e constante que a distancia das práticas comuns.” O autor coloca em pauta que a avaliação formativa é simplesmente uma forma de regular o ato pedagógico, inclusive questiona o porquê disso não ser uma prática corrente, pois, um artesão ao modular uma peça artesanal, observa o resultado para corrigir seus gestos, e se necessário for, ajustar o alvo ou como diz Perrenoud (1999, p. 14), é “(...) a arte de conduzir a ação pelo olhar, em função de seus resultados provisórios e dos obstáculos encontrados.”

Nesse sentido, entende-se que a função do educador, enquanto avaliador, é esforçar-se para delimitar, para cada avaliando, um diagnóstico individualizado, determinando um método que possa ajudar o discente a uma reconstrução do conhecimento.

A Avaliação Tradicional Interrompe uma Aprendizagem Relevante

Perrenoud (1999) afirma que as provas institucionais tradicionais mostram-se de utilidade ínfima, de pouca serventia e estão sendo trabalhadas em aula mais para classificar os discentes do que para identificar o nível de domínio de cada um.

Infere-se que se não houver um método ou uma ação devida e apropriada, o diagnóstico é inútil, uma vez que para existir, de fato, uma avaliação formativa, é necessário um acompanhamento contínuo e coerente nos trabalhos e atividades desenvolvidas no âmbito educacional, de forma que o discente progrida ao detectar

seus problemas e dificuldades observadas em aula, pois esse é uma das metas e objetivos da avaliação educativa e conseqüentemente formativa.

Para que haja uma pedagogia diferenciada e modernista é necessário revolucionar as estruturas institucionais, transformando, inclusive, os hábitos dos discentes. Pois, estes, no entanto, tem que ser constantes pesquisadores juntamente com o seu educador e não deixar que uma pedagogia tradicional tome conta do seu mundo educacional, onde o professor finge que ensina e o aluno finge que aprende.

Perrenoud (1999) afirma que a avaliação tradicional, além de dar origem a

fracassos, torna as aprendizagens paupérrimas, pois introduz nos docentes, didáticas conservadoras e nos alunos, estratégias utilitaristas.

Em contrapartida, a avaliação formativa participa de um novo aspecto, de uma reforma global da pedagogia, da centralização sobre o aprendiz, da transformação da profissão de educador, na qual o docente transforma-se em um criador de situações de aprendizagem.

Essa idéia é confirmada por Pimenta (2009, p. 193) quando diz que “diferentemente da concepção reducionista de método como instrumento, a avaliação institucional como método tem a intenção de vencer as resistências e criar condições/meios para a melhoria do processo educativo.”

É necessário, portanto, vencer a tradicional concepção da avaliação direcionada para a execução e manipulação de dados, que serve a uma política educativa que beneficia a uma nítida quantidade de dados numéricos e estatísticas.

Inclusive, na concepção de Perrenoud (1999), as coisas tomam outros rumos, ou seja, as rígidas avaliações vêm interrompendo ou atrasando as novas mudanças, uma vez que a avaliação realizada com freqüência acaba por absorver a melhor parte dos educadores e de seu alunado. Com efeito, o sistema

clássico de avaliação faz parte de uma relação de força, colocando assim, docentes e discentes em posturas pouco favoráveis à sua cooperação, inclusive as notas que são dadas aos alunos regularmente contribuem para uma transposição didática conservadora e tendem a privilegiar atividades desgastantes e monótonas, forçando os professores a optarem por aquisições isoláveis às competências de alto patamar.

Nas instituições, os discentes são tidos ou vistos como pessoas que alcançaram vitórias, ou então o fracasso, em virtude de serem avaliados em função

de cobranças e exigências manifestadas pelos docentes que acompanham os programas e demais diretrizes delimitadas pelo sistema educacional.

(...) O êxito e o fracasso escolares resultam do julgamento diferencial que a organização escolar faz dos alunos, da base de hierarquias de excelências estabelecidas em momentos do curso que ela escolhe e conforme procedimentos de avaliação que lhe pertencem. Não se trata, pois, nem de desigualdades de competências medidas por meio de pesquisa, nem de sentimentos subjetivos de êxito ou de fracasso, nem de decisões de progressão ou de orientação enquanto tais. (PERRENOUD, 1999, p.28).

7

Infere-se que há um paradoxo no que se refere à avaliação, pois, se em uma determinada situação o professor avaliasse determinados alunos atribuindo-lhes notas significativas aos melhores discentes, os educadores os encorajariam a estudar mais, dando mais de si e buscando crescer, sentindo-se mais instigados a se empenhar em determinada área ou assunto. E ao dar notas mais generosas aos discentes menos favorecidos, também os encorajam, evitando, assim que estes se desesperem.

Na concepção de Demo (2001) a avaliação funciona como expediente de pesquisa diagnóstica, a qual averigua as condições de desenvolvimento do discente, indicando os problemas e as potencialidades, servindo como instrumentação para refazer a rota de inclusão do educando, de forma que lhe garanta o direito ao desempenho qualitativo ou pelo menos satisfatório.

Nesse sentido, a mesma possibilita ajustes constantes, num mecanismo de regulação do processo de ensino e aprendizagem, contribuindo, assim, efetivamente para que a tarefa educativa obtenha êxito.

No entanto, a educação brasileira é extremamente desigual. Considerando esse prisma, Demo (2001, p. 14) salienta:

A paisagem social exala esta marca com extrema veemência, seja na configuração da cidade (bairro nobre X bairro pobre, centro X favela, cidade rica X cidade periférica), (...) seja no acesso a instrumentos de ascensão social, sobretudo educação (escola básica privada X escola pública, universidade pública de bom nível X universidade privada de segunda categoria (...)). Desses confrontos, as ciências sociais tem trabalhado sobretudo o confronto econômico, traduzido pela condição de classe. O que mais compara as pessoas, em termos de privilégios, seria sua posição diante dos meios de produção, dividindo entre os que os possuem, e os que deles estão destituídos.

Em virtude do que foi mencionado anteriormente, é notável que a avaliação institucional é um fenômeno político em decorrência das dicotomias presentes na sociedade civil brasileira.

E é nessa perspectiva que a avaliação formativa no ensino superior busca questionamentos da realidade vivenciada nos mais diferentes espaços institucionais,

de maneira que se abram debates e discussões para os conflitos que afligem a classe trabalhadora na busca de um ensino de qualidade.

Logo, o objetivo da avaliação, segundo Pimenta (2009) torna-se uma questão de estabelecer critérios capazes de colocar em questão o movimento do processo educativo, tornando assim, mais transparente para si e para o público que

8

a freqüenta. Uma vez que, o docente tem consciência de que os julgamentos e notas que realiza em aula terá influências positivas ou negativas no que se refere ao futuro do discente, de várias formas.

UMA PARCELA DE AVALIAÇÃO FORMATIVA NO ENSINO SUPERIOR

Diante das complexidades que foram relatadas no capítulo anterior, urge uma nova postura do professor, enquanto avaliador, uma vez que não se pode camuflar que "a avaliação é um dos principais problemas com os quais se enfrenta o professorado." (HERNÁNDEZ E VENTURA, 1998, p. 86).

Logo, no contexto desse trabalho, a regulação é perceptível quando o docente ao diagnosticar que o aluno está em dificuldade em determinado assunto ou disciplina, o educador intervém, norteando o discente para vencer seu déficit.

Pois "é preciso, (...), orientar, e muito concretamente, pois toda nova aprendizagem independente da idade em que ocorra, terá maior chance de ser bem sucedida, partindo de orientações claras, precisas, as mais concretas possíveis. Esse é o papel do professor." (BERBEL, 2001, p. 54). Uma vez que caminhando junto com o alunado irá transmitir confiança, contribuindo para uma educação mais inclusiva, acolhedora e formativa.

RUMO ÀS NOVAS DIDÁTICAS QUE FAVORECEM À UMA AVALIAÇÃO FORMATIVA DE QUALIDADE

Todo planejamento é passível de modificações, mesmo que necessite ter uma regulação do que se deva ser aplicada a cada aula. Com efeito, por mais que os docentes tentem seguir uma seqüência lógica linear no tocante ao conteúdo abordado, sempre poderá ocorrer no decorrer da prática pedagógica, acontecimentos que não podem ser previstos em virtude das dificuldades ou dos avanços que os alunos possam vir apresentar. Daí, a importância, seja no Ensino Superior ou na Educação Básica em tornar a pedagogia um manancial permeado de didáticas reflexivas, onde o ato de avaliar seja uma conquista e não mais um retrocesso que inibe e poda as habilidades dos indivíduos no processo de aprendi-

9

zagem. Convém evidenciar que o conteúdo repassado em sala de aula influi consideravelmente tanto na dimensão cognitiva quanto na afetiva de cada graduando, por isso, é basilar fazer uso da avaliação formativa e de outras ferramentas que possam viabilizar a regulação do ensino e permitir a obtenção de um diagnóstico mais profundo das capacidades mentais dos alunos. Diante dessa perspectiva, Perrenoud (1999, p. 89) evidencia:

A idéia de avaliação formativa sistematiza esse funcionamento, levando o professor a observar mais metodicamente os alunos, a compreender melhor seus funcionamentos, de modo a ajustar de maneira mais sistemática e individualiza suas intervenções pedagógicas e as situações didáticas que propõe, tudo isso na expectativa de otimizar as aprendizagens: "A avaliação formativa está portanto centrada essencial, direta e imediatamente sobre a gestão das aprendizagens dos

alunos (pelo professor e pelos interessados)“.

A avaliação formativa constitui um suporte que permite antecipadamente o docente a perceber as reais dificuldades dos seus alunos, como também, os erros e como estes interagem com os demais indivíduos no âmbito social. Com efeito, ao detectar tais dificuldades, o professor pode criar estratégias e intervir nas didáticas, as quais, está fazendo uso no curso da aprendizagem.

UM ACORDO, UM CONTROLE E UMA POLÍTICA INSTITUCIONAL

Para se implantar uma avaliação formativa de qualidade, as universidades deveriam ser reestruturadas, assim poderiam ser obtidos com maior celeridade, processos cognitivos mais sofisticados. Em contrapartida, a avaliação encontra-se situada no centro do sistema didático e do cerne educacional, logo se não se tornar uma prática reflexiva, capaz de delinear novos percursos de aprendizagem, poderá desestabilizar o andamento institucional e as práticas educativas.

As organizações institucionais e seus andamentos didáticos são extremamente complexos para que qualquer esquema possa explicar tal processo.

A seguir, debater-se-á sobre alguns pontos cruciais que demonstram as interdependências com as práticas da avaliação, iniciando, portanto, com a instituição de ensino.

10

A Instituição de Ensino

O processo de avaliação coloca à disposição do educador, informações mais precisas e qualitativas no que se refere ao processo de aprendizagem.

No entanto, Perrenoud (1999, p. 149) questiona: “caso ele não possa fazer, por que gastar energia e criar inutilmente frustrações” Pois, as dificuldades que muitas das vezes o professor passa, em uma sala de aula, são inúmeras, a saber:

Por vezes, efetivos sobrecarregados impedem qualquer mudança. Os verdadeiros obstáculos provêm, antes, da rigidez do horário escolar, no programa, nas regras, nos valores e nas representações dos agentes. Mais que o número de aprendizes, são as normas da organização que obrigam a oferecer constantemente a mesma coisa a todos, mesmo quando for inútil. (PERRENOUD, 1999, p. 149).

Dessa forma, o educador, na condição de avaliador, ao continuar agindo assim, aplicando provas aos discentes de forma igualitária e padronizada se afastará cada vez mais da avaliação formativa.

É crucial que o docente sempre tenha em mente que “(...) ao avaliar seu aluno está em última análise refletindo sobre a própria grandeza do desenvolvimento humano. (ANTUNES, 2002, p. 11).

Pois, o papel do educador, enquanto avaliador, é atenuar as dificuldades do discente, instigando-o a melhorar seu nível intelectual, resgatando-o de forma natural e não desencadeando um clima desconfortável na sala de aula, como já foi muito comum nas instituições educacionais.

“Tempos atrás por propiciar a alguns professores um caráter autoritário, prepotente e segregador, centralizado nas mãos arrogantes deste ou daquele que fazia de sua nota seu instrumento de sadismo ou sua maneira egocêntrica de selecionar os bons e os maus, esse sistema, altamente injusto para o aluno, era incontestavelmente bastante confortável para o instrutor religioso ou militar a produção de ensino em

ambientes ressecados por votos de cega obediência. Essa crítica, entretanto, não poderia ficar apenas com o professor, pois esse superado sistema de avaliação era tributário de idéias, hoje não mais aceitas, de que o conhecimento era um bem que se acumulava, um material que enchia um reservatório previamente existente no cérebro de cada indivíduo, supostamente vazio." (ANTUNES, 2002, p. 13).

11

Nesse sentido, infere-se que o estado tem sua parcela de culpa, por enfatizar e destacar a todo custo as aprovações quantitativas, que acabam camuflando, de fato, uma verdadeira avaliação formativa.

Ressaltando, inclusive, que é crucial na aprendizagem humana que o discente, na condição de avaliando, seja capaz de buscar ampliar seus conhecimentos de forma significativa "(...) e atribuir sentido ao conteúdo da aprendizagem, aceitamos, dessa maneira, que todo aluno é sempre o agente central na forma como constrói conhecimentos. (ANTUNES, 2002, p. 15).

Cabendo, portanto, ao educador estimular a capacidade cognitiva do seu aluno, tornando-o responsável por atenuar seus déficits e instigando-os a resolver seus próprios problemas, uma vez que os mesmos são capazes de transferir saberes e os conhecimentos adquiridos, até porque "(...) uma avaliação do rendimento escolar somente pode ser considerada eficiente quando produto de uma observação contínua ao longo do período escolar e não somente concentrada nos momentos de provas e exames." (ANTUNES, 2002, p. 17).

No entanto, é importante também, que o discente acorde, desperte e vá em busca de informações e que saiba utilizar de maneira positiva os dados eletrônicos e vários outros meios. Pois "As verdades e os conhecimentos são produzidos socialmente, dentro das lutas nas quais as condições pode ser declarado verdadeiro." (LINHARES, 2001, p. 77). E de forma bastante persistente, Freire (1967) em muitas de suas lições, como é perceptível em seus estudos, acrescenta que a paixão de conhecer é que nos insere numa busca prazerosa ainda que não seja nada fácil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A título de conclusão, infere-se que a avaliação formativa no ensino superior é um desafio para o educador, pois avaliar vem sendo um dos problemas precípuos com o qual o professor vem enfrentando.

Esta pesquisa é bastante significativa para os interessados nesta linha de investigação, uma vez que aponta caminhos para uma forma de avaliar diferenciada, e bastante motivadora, pois incentiva os educadores e educadoras, enquanto

12

avaliadores, a buscar no discente o seu melhor, e ainda avaliando-o por diversos ângulos.

Avaliar é, portanto, uma forma de explicar ao aprendiz o que necessita ser feito, revisto, analisado, re-elaborado com a finalidade de vencer as dificuldades e estabelecer relações para desenvolver no aluno a sua capacidade cognitiva.

Logo, as estratégias criadas pelo educador necessitam instigar o discente a analisar sua própria desenvoltura (auto-avaliação). Uma vez que esse processo de observação, registro, análise e até mesmo as estratégias de intervenção colabora na aprendizagem, não se preocupando apenas em classificar o aluno como o melhor ou o pior, aprovando-o ou reprovando-o.

A avaliação é um processo contínuo, inclusivo, ou seja, extrapola a capacidade de memorizar, uma vez que copiar ou decorar não desenvolve o educando nem sua capacidade cognitiva. Avaliar, portanto, está conectada ao diagnóstico da competência do discente em encontros distintos, ou seja, criar, buscar

melhorar suas habilidades e conhecimentos com o intuito de fazer surgir novas propostas para a resolução das dificuldades encontradas no âmbito institucional.

Avaliação, como um processo formativo, é também o encontro das conquistas e do verdadeiro desenvolvimento, que o educador desencadeia como um mediador do conhecimento.

Conclui-se, portanto, que o papel do professor é intervir, mediar, agindo de forma regulativa, ou seja, norteando o discente. Isso ocorre quando, por exemplo, o

aluno se depara com algum obstáculo e o professor se habilita para superar tal dificuldade.

Todavia, infelizmente, é inútil insistir em avaliação formativa onde inexitem para os docentes um espaço de atuação, onde a pedagogia diferenciada não passa de um sonho, e as condições de trabalho, o sistema educativo, a rigidez dos horários, dentre outros fatores, fazem do ensino uma fatalidade, ou quase.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Celso. **Avaliação da aprendizagem escolar**: fascículo 11. RJ: Vozes, 2002.

13

BERBEL, Neusi Aparecida Novais; SILVA JÚNIOR, Celestino Alves da...[et. al]. **Avaliação da aprendizagem no ensino superior**. Londrina: Ed. UEL, 2001.

DEMO, Pedro. **Avaliação sob o Olhar propedêutico**. SP: Papyrus, 2001. (Coleção Magistério: Formação e trabalho pedagógico).

DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação da Educação Superior**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

FREIRE, Paulo. Educação como prática de liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

HERNÁNDEZ, Fernando; VENTURA, Montserrat. **organização do currículo por projetos de trabalho**: O conhecimento é um caleidoscópio. Trad. Jussara Haubert Rodrigues. Porto Alegre: Artmed, 1998. Cap. 6.

LINHARES, Célia Frazão. **O Direito ao saber com sabor**. Supervisão e Formação de Professores na Escola Pública. In: RANGEL, Mary; SILVA Jr., Celestino Alves da. (Orgs.). Campinas, SP: Papyrus, 2001, 7. Ed. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da Aprendizagem escolar**: Estudos e proposições. São Paulo: Cortez, 1995.

MEDEIROS, Marilu Fontoura de. **Paradigma de Avaliação Emancipatória e a Ação Supervisora: Cidadania e Espaço Público**. In: RANGEL, Mary; SILVA Jr.;

14

Celestino Alves da. (Orgs.). Campinas, SP: Papyrus, 2001. 7. Ed. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

PERRENOUD, Philippe. **Avaliação da excelência à regulação das aprendizagens**: entre duas lógicas. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artes médicas sul, 1999.

PIMENTA, Selma Garrido (org); CAMPOS, Edson Nascimento...[et. al]. **Saberes pedagógicos e atividade do docente**. 7. Ed. São Paulo: Cortez, 2009. (Saberes da docência). Cap. III.

